



FUSESC | FUNDAÇÃO CODESC
DE SEGURIDADE SOCIAL

Valores que geram valores

Relatório Anual 2011

PLANO MULTIFUTURO II

Elaborado e publicado atendendo a legislação vigente

SUMÁRIO

<i>2011 foi de muito trabalho e bons resultados</i>	<i>3</i>
<i>Em 2011 Fusesc superou a meta atuarial e os principais indicativos de rentabilidade</i>	<i>4</i>
<i>Porque os planos têm rentabilidades diferentes</i>	<i>5</i>
<i>Fusesc pagou R\$ 134 milhões em benefícios em 2011</i>	<i>6</i>
<i>Novo programa de empréstimos oferece juros mais baixos, menos burocracia e mais crédito</i>	<i>7</i>
1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
1.1. Balanço Patrimonial	9
1.2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social	10
1.3. Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Multifuturo II	11
1.4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Multifuturo II	12
1.5. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios Multifuturo II	13
1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)	14
1.7. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	15
2. PARECERES	31
2.1. Parecer Atuarial da Avaliação em 31.12.2011	31
2.2. Relatório dos Auditores Independentes Bez & Associados	38
2.3. Parecer do Conselho Fiscal da Fusesc	39
2.4. Parecer do Conselho Deliberativo da Fusesc	40
3. INVESTIMENTOS	41
3.1. Resumo do Demonstrativo de Investimentos	41
3.2. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa	49
3.3. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Benefícios Multifuturo II	50

2011 foi de muito trabalho e bons resultados

O ano que passou foi desafiador. A política de queda de juros adotada no Brasil, combinada com a instabilidade dos mercados internacionais em função de problemas nas economias europeias e americana, redesenham a oferta de produtos de investimento no mercado financeiro. Papéis que tradicionalmente atraíam recursos de fundos de pensão, como letras do tesouro, deixaram de oferecer boas taxas de retorno em curto prazo. Foi preciso buscar novas alternativas.

Com o firme propósito de buscar a rentabilidade necessária e desejada, sem expor o patrimônio a riscos desnecessários, nossa equipe técnica trabalhou muito para encontrar novas opções e superar nossas metas atuariais. Obtivemos sucesso usando profissionalismo, criatividade e transparência.



Os demonstrativos que apresentamos a seguir são o desenho de uma Fundação forte, saudável financeiramente. A Fusesc está estruturada para cumprir sua função essencial que é assegurar aposentadorias tranquilas a seus participantes. Entre os números será fácil ver uma Fundação com eficiência administrativa. A gestão consegue combinar os investimentos necessários para prestar um bom atendimento e serviços de qualidade aos participantes com procedimentos austeros com foco na economia interna.

Por ter um Programa de Educação Previdenciária e Financeira, a Fusesc foi dispensada pela Previc – Superintendência de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, a imprimir o relatório anual e entregar a cada participante. Aproveitamos esta oportunidade de reduzir custos com impressão e postagem, mas não deixamos de elaborar este relatório de forma objetiva e clara. Afinal, transparência é um compromisso de gestão e uma prática que tem fortalecido a relação da Fusesc com seus participantes.

Desejamos a todos uma boa leitura e nos colocamos a sua disposição para qualquer esclarecimento que seja necessário.

A Diretoria Executiva

A gestão consegue combinar os investimentos necessários para prestar um bom atendimento e serviços de qualidade aos participantes.

Em 2011 Fusesc superou a meta atuarial e os principais indicativos de rentabilidade

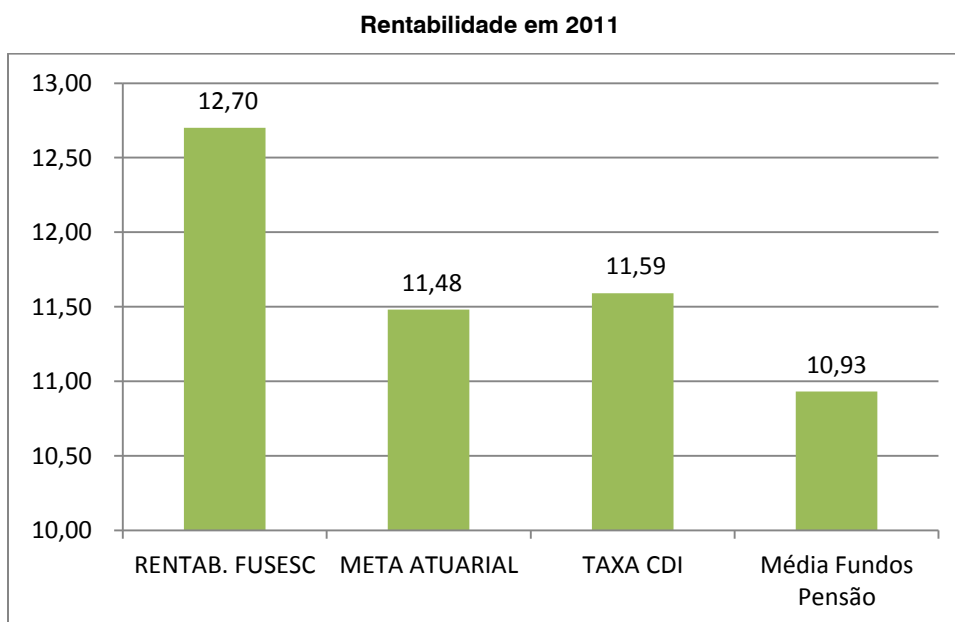
O ano de 2011 foi bom para a Fusesc. A despeito de um mercado financeiro nervoso por conta da instabilidade na Europa e Estados Unidos, obteve boa rentabilidade. Os 12,70% obtidos na média dos planos vão além da meta atuarial, da média de rendimento de outras fundações previdenciárias e de aplicações atreladas ao CDI.

O cenário interno de queda dos juros e as oscilações do mercado financeiro exigiram de nossa

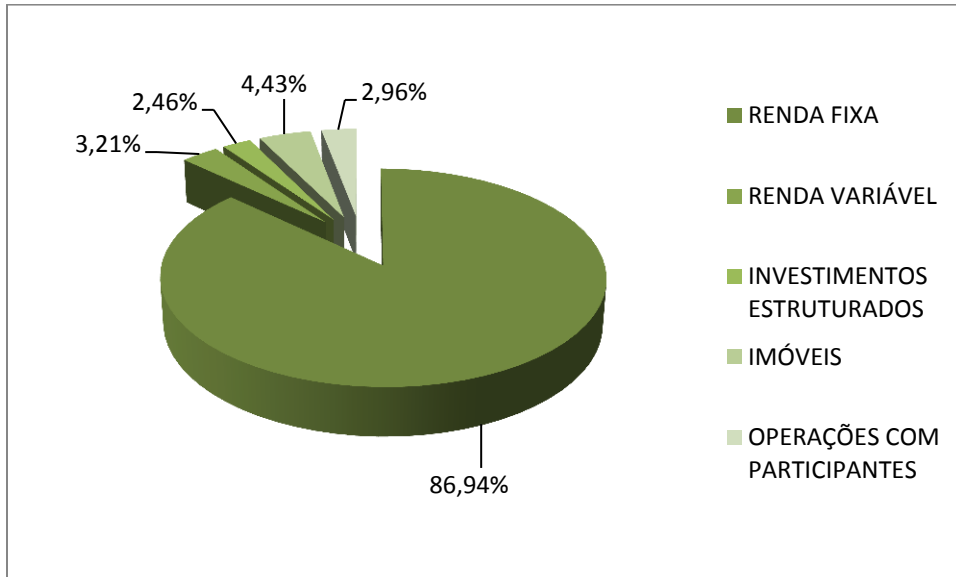
Os 12,70% obtidos na média dos planos vão além da meta atuarial, da média de rendimento de outras fundações previdenciárias e de aplicações como o CDI.

equipe de investimentos um trabalho duro e criativo para buscar produtos financeiros que combinassem boa rentabilidade com baixa exposição a riscos. Aplicações confortáveis como títulos públicos não asseguram mais a meta atuarial, o que provocou uma calculada e precisa migração para papéis de instituições privadas na modalidade de renda fixa.

A gestão financeira e de investimentos é feita sempre em conformidades com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade. As decisões cotidianas são orientadas pelos comitês de Investimentos e de Imóveis e pela Diretoria Executiva, em um processo transparente e extremamente profissionalizado.



Modalidade de investimento em 2011



Percentual de aplicação por segmento nos últimos anos

SEGMENTO	2007	2008	2009	2010	2011
RENDA FIXA	86,25%	92,03%	87,30%	86,12%	86,94%
RENDA VARIÁVEL	6,40%	1,11%	4,80%	1,95%	3,21%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	0,00%	1,00%	4,55%	2,46%
IMÓVEIS	4,49%	3,81%	4,10%	4,31%	4,43%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2,86%	3,05%	2,80%	3,07%	2,96%

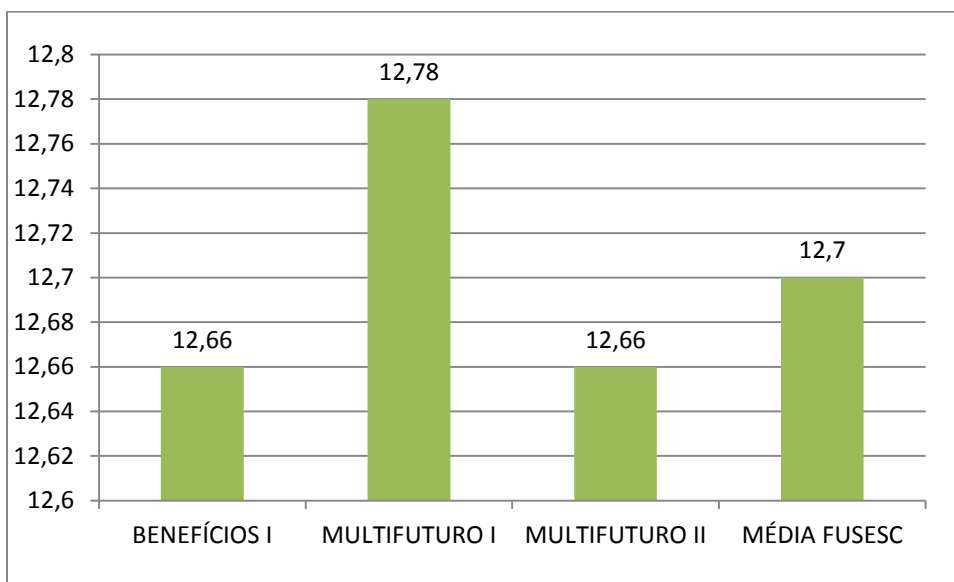
Porque os planos têm rentabilidades diferentes

A Fundação segrega os investimentos dos planos de benefícios porque eles têm demandas diferenciadas de rentabilidade. Para assegurar os benefícios vitalícios, por exemplo, é justificável a aplicação em papéis de longo prazo com remuneração superior à meta atuarial. Já os planos que terão os

benefícios relacionados à rentabilidade, requerem a busca de retorno mais expressivo.

Para o futuro próximo será possível aos participantes ativos optarem pelo perfil de investimentos que desejam para a sua conta, considerando distintas relações de risco e rentabilidade.

Rentabilidade por planos em 2011 (%)



Fusesc pagou R\$ 134 milhões em benefícios em 2011

Com seus planos equilibrados, a Fusesc pagou em benefícios R\$ 132 milhões em aposentadorias e pensões. Um número que demonstra a importância da Fundação no contexto social e o vigor da entidade. Todos os três planos de benefícios tiveram

equilíbrio técnico positivo, no total de R\$ 64,7 milhões, o que assegura a estabilidade e segurança aos participantes.

O patrimônio dos planos somados resulta em R\$ 1,65 bilhão.

Indicadores por plano de benefício dezembro 2011 (acumulado do ano)

	BENEFÍCIOS I	MULTIFUTURO I	MULTIFUTURO II	PGA*
PATRIMÔNIO DO PLANO	550.181.190,21	855.005.917,20	167.676.494,92	66.628.567,53
SUPERÁVIT DO PLANO	35.621.224,00	18.193.428,57	10.237.236,08	700.415,81
PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS/MÊS	45.497.906,14	78.438.486,23	8.660.986,28	-----

*Plano de Gestão Administrativa

Fusesc tem 8.124 participantes

	BENEFÍCIOS I	MULTIFUTURO I	MULTIFUTURO II
ATIVOS	3	2.628	264
APOSENTADOS	1.077	3.527	162
PENSIONISTAS	393	64	6
TOTAIS	1.473	6.219	432

Novo programa de empréstimos oferece juros mais baixos, menos burocracia e mais crédito

No final de 2011 eram R\$ 49,1 milhões emprestados a participantes

No dia 03 de outubro a Fusesc lançou seu novo programa de empréstimos, o Crédito Consciente Fusesc e logo conquistou a adesão de muitos participantes. Foram mais de 800 cadastros em menos de três meses, superando as expectativas.

As vantagens do novo programa são muitas, com destaque para a possibilidade de ter mais de uma operação ao mesmo tempo, a pré-aprovação de crédito com possibilidade de contratação pela internet ou telefone com taxas mais atrativas.

Mais barato

Com o novo Crédito Consciente Fusesc a contratação de novos empréstimos ficou mais barata. Anteriormente quem tinha um contrato em andamento e

***Com o novo Crédito Consciente Fusesc
a contratação de novos empréstimos
ficou mais barata.***



precisava de mais dinheiro, fazia um novo empréstimo em valor maior e com este saldava o anterior, com incidência de IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras – relativo ao valor somado da operação. Agora, como é possível ter mais de um contrato em andamento ao mesmo tempo, o imposto recai apenas sobre o valor da nova operação, significando uma economia expressiva para o participante.

Mais operações

As taxas de juros mais baixas do que as encontradas no mercado são uma das razões pelas quais os

Hoje são 3.859 contratos de empréstimos em andamento, mobilizando R\$ 49,1 milhões.

participantes recorrem ao Crédito Consciente Funesco para reorganizar suas finanças, atender a situações de emergência ou mesmo empreender a aquisição de bens de consumo duráveis. Hoje são 3.859 contratos de empréstimos em andamento, mobilizando R\$ 49,1 milhões.

Para quem tem dívidas ou operações de crédito com custo de serviços financeiros (juros e taxas) mais elevados, o Crédito Consciente Funesco é ótima alternativa para quitar estes contratos e passar a operar com taxas mais interessantes. É economia na prática.

A elevação do teto de empréstimo para R\$ 100 mil, e prazo para até 96 meses, abriu, para os participantes que têm margem consignável disponível, a possibilidade de investir em bens de consumo duráveis e até em imóveis, sempre com as atrativas taxas oferecidas pela Funesco.



Os participantes recorrem ao Crédito Consciente Funesco para reorganizar suas finanças, atender a situações de emergência ou mesmo empreender a aquisição de bens de consumo duráveis.

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1. Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
DISPONÍVEL	<u>1.283</u>	<u>1.125</u>	EXIGÍVEL OPERACIONAL	<u>2.784</u>	<u>2.610</u>
			Gestão Previdencial	1.311	1.217
REALIZÁVEL	<u>1.705.847</u>	<u>1.626.103</u>	Gestão Administrativa	1.161	1.073
Gestão Previdencial	11.074	14.779	Investimentos	312	320
Gestão Administrativa	1.011	649			
Investimentos	1.693.762	1.610.675	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	<u>65.647</u>	<u>49.818</u>
Títulos Públicos	442.146	394.066	Gestão Previdencial	65.435	49.818
Créditos Privados e Depósitos	169.445	22.532	Gestão Administrativa	212	-
Ações	12.885	15.989			
Fundos de Investimento	944.107	1.066.887	PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>1.639.492</u>	<u>1.575.728</u>
Investimentos Imobiliários	74.488	66.972	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.571.125	1.508.503
Empréstimos	50.691	44.229	Provisões Matemáticas	1.507.073	1.437.067
			Benefícios Concedidos	1.270.590	1.212.740
PERMANENTE	<u>793</u>	<u>928</u>	Benefícios a Conceder	236.483	224.327
Imobilizado	458	384			
Intangível	335	544	Equilíbrio Técnico	64.052	71.436
			Resultados Realizados	64.052	71.436
			Superávit Técnico Acumulado	64.052	71.436
			Fundos	68.367	67.225
			Fundos Previdenciais	924	538
			Fundos Administrativos	66.628	65.928
			Fundos dos Investimentos	815	759
TOTAL DO ATIVO	1.707.923	1.628.156	TOTAL DO PASSIVO	1.707.923	1.628.156

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 426.033.079-91

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPF Nº 003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

1.2. Demonstração da Muta  o do Patrimônio Social

Exercício findo em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDA  O CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil

D E S C R I �� O		2011	2010	V A R I A �� O (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	1.575.728	1.542.421	2,16
	1. Adi��o�es	222.040	182.966	21,36
(+)	Contribui��o�es Previdenciais	19.790	18.524	6,83
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	190.574	153.185	24,41
(+)	Revers��o de Conting��ncias - Gestão Previdencial	565	-	100,00
(+)	Receitas Administrativas	6.387	9.112	(29,91)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	3.612	2.145	68,39
(+)	Constitui��o de Fundos de Investimento	1.112	-	100,00
	2. Destina��o�es	(158.276)	(149.659)	5,76
(-)	Benefícios	(132.597)	(126.584)	4,75
(-)	Constitui��o de Contingências - Gestão Previdencial	(15.324)	(13.791)	11,12
(-)	Despesas Administrativas	(9.264)	(8.869)	4,45
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(398)	(100,00)
(-)	Constitui��o de Contingências - Gestão Administrativa	(35)	(6)	483,33
(-)	Reversão de Fundos de Investimento	(1.056)	(11)	9.500,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	63.764	33.307	91,44
(+/ -)	Provis��o�es Matemáticas	(70.006)	(60.489)	15,73
(+/ -)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	7.384	29.363	(74,85)
(+/ -)	Fundos Previdenciais	(386)	(208)	85,58
(+/ -)	Fundos Administrativos	(700)	(1.984)	(64,72)
(+/ -)	Fundos dos Investimentos	(56)	11	(609,09)
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	1.639.492	1.575.728	4,05

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF N   433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF N   426.033.079-91

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPF N   003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC n   011832/O-3
CPF N   376.079.879-91

1.3. Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Multifuturo II

Exercício findo em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil			
DESCRIÇÃO	2011	2010	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	177.195	162.912	8,77
Disponível	757	709	6,77
Recebível	13.258	18.973	(30,12)
Investimento	163.180	143.230	13,93
Títulos Públicos	33.426	29.791	12,20
Créditos Privados e Depósitos	16.344	1.889	765,22
Ações	1.158	1.437	(19,42)
Fundos de Investimento	99.461	99.081	0,38
Investimentos Imobiliários	6.976	6.272	11,22
Empréstimos	5.815	4.760	22,16
2. Obrigações	3.579	3.275	9,28
Operacional	206	196	5,10
Contingencial	3.373	3.079	9,55
3. Fundos não Previdenciais	5.971	5.797	3,00
Fundos Administrativos	5.939	5.731	3,63
Fundos dos Investimentos	32	66	(51,52)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	167.645	153.840	8,97
Provisões Matemáticas	157.370	144.149	9,17
Superávit/Déficit Técnico	10.237	9.675	5,81
Fundos Previdenciais	38	16	137,50

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 426.033.079-91

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPF Nº 003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

1.4. Demonstração da Muta  o do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Multifuturo II

Exercício findo em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDA  O CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

		R\$ Mil		
DESCRI��O		2011	2010	VARIA��O (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	153.840	143.928	6,89
	1. Adi��o�es	22.990	18.337	25,37
(+)	Contribui��o�es	4.673	4.735	(1,31)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	18.317	13.602	34,66
	2. Destina��o�es	(9.186)	(8.425)	9,03
(-)	Benefícios	(8.661)	(7.965)	8,74
(-)	Constitui��o de Contingências - Gestão Previdencial	(294)	(255)	15,29
(-)	Custeio Administrativo	(231)	(205)	12,68
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	13.804	9.912	39,27
(+/-)	Provisão Matemáticas	(13.221)	(12.691)	4,18
(+/-)	Fundos Previdenciais	(21)	(11)	90,91
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(562)	2.790	(120,14)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	167.644	153.840	8,97
	C) Fundos não previdenciais	5.971	5.797	3,00
(+/-)	Fundos Administrativos	5.939	5.731	3,63
(+/-)	Fundos dos Investimentos	32	66	(51,52)

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF N   433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF N   426.033.079-91

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPF N   003.632.389-64

Jo   Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC n   011832/O-3
CPF N   376.079.879-91

1.5. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios Multifuturo II

Exercício findo em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil			
DESCRIÇÃO	2011	2010	VARIAÇÃO %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	167.607	153.824	8,96
1. Provisões Matemáticas	157.370	144.149	9,17
1.1. Benefícios Concedidos	86.852	81.973	5,95
Contribuição Definida	81.347	77.032	5,60
Benefício Definido	5.505	4.941	11,41
1.2. Benefício a Conceder	70.518	62.176	13,42
Contribuição Definida	65.225	58.117	12,23
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	36.160	32.868	10,02
Saldo de contas - parcela participantes	29.065	25.249	15,11
Benefício Definido	5.293	4.059	30,40
2. Equilíbrio Técnico	10.237	9.675	5,81
2.1. Resultados Realizados	10.237	9.675	5,81
Superávit técnico acumulado	10.237	9.675	5,81
Reserva de contingência	10.237	2.250	354,98
Reserva para revisão de plano	-	7.425	(100,00)

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 426.033.079-91

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPF Nº 003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

1.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

Exercício findo em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2011	2010	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	65.928	63.944	3,10
1. Custeio da Gestão Administrativa	9.999	11.257	(11,18)
1.1. Receitas	9.999	11.257	(11,18)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.041	1.888	8,10
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.930	4.035	(2,60)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	324	282	14,89
Receitas Diretas	92	2.907	(96,84)
Resultado Positivo dos Investimentos	3.612	2.145	68,39
2. Despesas Administrativas	(9.299)	(8.875)	4,78
2.1. Administração Previdencial	(5.389)	(4.837)	11,41
Pessoal e encargos	(2.703)	(2.316)	16,71
Treinamentos/congressos e seminários	(21)	(19)	10,53
Viagens e estadias	(28)	(34)	(17,65)
Serviços de terceiros	(1.544)	(1.280)	20,63
Despesas gerais	(826)	(952)	(13,24)
Depreciações e amortizações	(189)	(210)	(10,00)
Contingências	(30)	(3)	900,00
Outras Despesas	(48)	(23)	108,70
2.2. Administração dos Investimentos	(3.910)	(4.038)	(3,17)
Pessoal e Encargos	(2.339)	(2.165)	8,04
Treinamentos/congressos e seminários	(18)	(18)	-
Viagens e estadias	(23)	(30)	(23,33)
Serviços de terceiros	(604)	(872)	(30,73)
Despesas gerais	(715)	(736)	(2,85)
Depreciações e amortizações	(165)	(197)	(16,24)
Contingências	(5)	(3)	66,67
Outras Despesas	(41)	(17)	141,18
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	(398)	(100,00)
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	700	1.984	(64,72)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	700	1.984	(64,72)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	66.628	65.928	1,06

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 426.033.079-91

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPF Nº 003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

1.7. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

(Valores em R\$ mil)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação em 31 de outubro de 1977, tendo por finalidade institucional a administração de planos de benefícios previdenciários, por meio de contribuição mensal das Patrocinadoras e dos respectivos Participantes e Assistidos na forma dos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

O Estatuto, o Plano de Benefícios original e o funcionamento desta Entidade foram aprovados pela Portaria nº 1.834, de 27 de setembro de 1979 do Ministro de Previdência e Assistência Social – MPAS. Em 03 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a alteração do Estatuto vigente da Fundação, conforme Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 1.526, publicada no Diário Oficial da União em 05 de setembro de 2007. A FUSESC é regulada pelas disposições contidas nas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001.

A FUSESC é patrocinada pelas seguintes empresas:

- Banco do Brasil S.A (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina S.A.– BESC);
- Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC;
- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC;
- BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens – BESCOR;
- Caixa de Assistência dos Empregados dos sistemas BESC e CODESC, BADESC e da FUSESC – SIM;
- Fundação Codesc de Seguridade Social – FUSESC.

PLANOS DE BENEFÍCIOS:

A FUSESC administra os seguintes Planos de Benefícios:

- PLANO DE BENEFÍCIOS I

O Plano de Benefícios I, anteriormente denominado Plano de Benefícios Fuscsc, existente desde o início da entidade, é estruturado na modalidade de benefício de contribuição variável. Existem neste plano os benefícios suplementares de auxílio-doença, auxílio-reclusão, aposentadorias e pensão por morte, além de pecúlio por morte, na forma prevista na norma regulamentar.

Após alteração regulamentar, no decorrer do exercício de 2007, o plano deixou de ser estruturado na modalidade de benefício definido, passando a ser de contribuição variável em decorrência de um grupo de participantes-assistidos optarem pela forma de recebimento da renda mensal continuada vitalícia para uma renda em percentual do saldo de conta.

Em 31 de dezembro de 2011, além dos assistidos pelo plano e dependentes em gozo de pensão por morte, restavam 03 (três) participantes. Não é permitido o ingresso de novos participantes no Plano de Benefícios I por ser caracterizado como plano em extinção desde 01/01/2003.

- **PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO I**

O Plano de Benefícios Multifuturo I, estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, pelo Ofício nº 646/SPC/GAB/COA, de 18 de abril de 2002. O referido plano é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC) e foi implantado em junho de 2002.

- **PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO II**

O Plano de Benefícios Multifuturo II, também estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pelo Ofício nº 2.183/SPC/COA, de 20 de dezembro de 2002 e foi implantado em janeiro de 2003. O plano está sendo patrocinado pelas empresas BADESC, BESCOR, CODESC, SIM e pela própria FUSESC.

A escrituração contábil da FUSESC é efetuada de forma a segregar os direitos e obrigações de cada plano de benefício, conforme previsto na legislação vigente.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE nº 11, e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis as entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

Conforme previsto pelos órgãos normativos, além das características já descritas, os registros contábeis são segregados em três gestões distintas: a Previdencial, a Administrativa e a Assistencial, e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade de suas transações. A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão Assistencial, que não se aplica a FUSESC em função de não possuir Plano Assistencial dentro da Entidade, seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

As demonstrações contábeis de 2010 foram elaboradas de acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009 com as alterações nos Anexos B e C, promovidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, através da Resolução MPS/PREVIC nº 1, de 3 de março de 2011, sendo estas revogadas pela Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais práticas e critérios contábeis adotados para elaboração das presentes demonstrações contábeis foram as descritas a seguir:

a) Registros das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas /Variações Positivas e Deduções/Variações negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto as adições de contribuições dos participantes autopatrocinados vinculados ao plano de contribuição variável, que são escrituradas pelo regime de caixa.

As Rendas e as Variações Positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio são reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficar ex-dividendos.

b) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos por atuário externo. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

d) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo “A” da Instrução nº 34, de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

e) Ativo Realizável

Gestão Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes.

Gestão Administrativa

Registra os valores a receber vinculados às operações administrativas.

Investimentos

- Renda Fixa

Os títulos de Renda Fixa estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data do balanço, líquidos da respectiva provisão, quando aplicável, para redução ao seu valor de realização.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculada à modalidade de aplicação.

Títulos e Valores Mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Resolução CGPC nº 04/2002 de janeiro de 2002, passaram a ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificados nas seguintes categorias:

Títulos para Negociação: refere-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são classificados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da EFPC de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição e que sejam considerados, pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias acima passaram a ser avaliados, respectivamente, pelo valor de mercado e pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

- Renda Variável

As aplicações no Mercado de Ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, conforme alterações promovidas pela Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores por período superior a seis meses, foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou custo, dos dois o menor. A legislação faculta, ainda, que as ações poderão ser avaliadas pelo valor econômico determinado por empresa independente especializada, para a avaliação dos valores mobiliários de renda variável de companhias sem mercado ativo em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado, com condicionantes e evidenciando o(s) critério(s) em Notas Explicativas. Para as ações consideradas de difícil realização foi constituída provisão para perdas.

Os valores aplicados em Fundos de Investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido da valorização da quota até o final do exercício.

- Investimentos Imobiliários

Registra os valores aplicados no mercado imobiliário (de uso próprio e aqueles destinados à locação ou participação), bem como os aluguéis ou direitos a receber, inclusive aqueles decorrentes de alienações. Os investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e ajustados por reavaliações efetuadas de acordo com os laudos de avaliação de peritos especializados.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente dos imóveis, apurada no último laudo de reavaliação.

Os imóveis alienados de forma parcelada estão sendo corrigidos e amortizados conforme as cláusulas estabelecidas nos respectivos contratos.

- Operações com Participantes

As Operações com Participantes representam os empréstimos concedidos, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos das devidas provisões para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos.

f) Ativo Permanente

- Imobilizado

Representa os bens móveis necessários ao funcionamento da FUSESC, e estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e depreciados pelo método linear, considerando a aplicação das seguintes taxas:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Computadores e periféricos	20% a.a.
Veículos	20% a.a.
Instalações	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	20% a.a.
Softwares	20% a.a.
Ventiladores – Refrigeradores de AR	25% a.a.

- Intangível

Representa os gastos com desenvolvimento de sistemas da Fundação e estão registrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear, considerando a aplicação da taxa de 20% ao ano.

g) Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

São provisionadas no Plano de Gestão Administrativa, segundo o regime de competência, as férias vencidas e proporcionais, o adicional de um terço e o retorno de férias e o 13º salário acrescidos dos seus respectivos encargos sociais.

h) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais promovidas em face da Fundação. É constituída e atualizada por intermédio de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além de adotar os seguintes critérios: efetivar o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e existindo depósito judicial este era registrado no Passivo Contingencial do plano em conta redutora. Com as alterações promovidas pela Instrução MPS/PREVIC nº 5, de 8 de setembro de 2011, os depósitos judiciais/recursais passaram a serem registrados a partir de setembro de 2011 em contas do ativo dentro dos seus respectivos grupos: Gestão

Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

i) Receitas Administrativas

De acordo a legislações vigentes, Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, as receitas administrativas são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente, que, conforme previsto atuarialmente, para os exercícios de 2011 e 2010 está assim representado:

- Plano de Benefício I: percentual de 5% sobre as receitas de contribuições mensais para os assistidos na modalidade de benefício definido e de 1% para os assistidos que optaram para a modalidade de renda variável, sobre o valor do benefício.
- Plano de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II: percentual de 0,33%, por parte da patrocinadora e dos participantes ativos, sobre o salário de contribuição, enquanto que para os assistidos o custeio administrativo é de 1% sobre o valor do benefício.

j) Operações Administrativas

Atendendo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuadas por meio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelas receitas Previdenciais, de Investimentos e Diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para a determinação do saldo do Fundo administrativo de cada plano a FUSESC utiliza o seguinte critério:

Receitas: Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;

- Despesas Específicas: Alocadas diretamente ao plano que as originou;
- Despesas Comuns: Utilização de critério de rateio de equivalência patrimonial pelo Fundo Administrativo de cada plano levando-se em consideração o saldo contábil do ano anterior.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUSESC, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

NOTA 04 – ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Em 31 de dezembro, a Composição Consolidada das Contribuições Contratadas está assim demonstrada:

PATROCINADORAS	Sigla do Plano de Benefícios	2011	2010
SERVIÇO PASSADO CONTRATADO			
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC	Plano I	0	178
	Multifuturo II	1.950	3.567
	PGA - Multifuturo II	97	0
	Total	2.047	3.745
BESC S.A. Corretora de Seguros e Adm. de Bens - BESCOR	Plano I	0	52
	Multifuturo II	616	1.044
	PGA - Multifuturo II	31	0
	Total	647	1.096
Companhia de Desenv. do Estado de Santa Catarina S.A. - CODESC	Plano I	0	411
	Multifuturo II	4.494	8.220
	PGA - Multifuturo II	225	0
	Total	4.719	8.631
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS		7.413	13.472

Contribuições Contratadas

Com a implantação do Plano de Benefícios Multifuturo II, em janeiro de 2003, a patrocinadora BADESC contratou, em 23 de dezembro de 2002, o montante de R\$ 30.773 mil. Desse valor, R\$ 21.447 mil foram pagos no ato da assinatura do contrato, mediante a transferência de 14.294 títulos públicos federais LFT-B. O saldo remanescente em 2002 (R\$ 9.326 mil) está sendo quitado em moeda corrente nacional, num total de 120 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2003, no valor de R\$ 103 mil e as demais no último dia de cada mês, calculadas pelo Sistema Francês de Amortização, considerando a taxa de juros de 0,5% ao mês e a atualização pela variação do INPC do mês anterior ao mês de competência da referida atualização.

As patrocinadoras BESCOR e CODESC contrataram, com a mesma finalidade de implantação do Plano de Benefícios Multifuturo II, os montantes de R\$ 2.501 mil e R\$ 21.491 mil, com parcelas no valor de R\$ 28 mil e R\$ 239 mil respectivamente, financiados com as mesmas características da patrocinadora BADESC.

Em atendimento a determinação PREVIC, por conta de fiscalização realizada pelo Escritório Regional do Rio Grande do Sul, foi transferido no mês de junho de 2011 o registro contábil referente ao custeio administrativo que à época foi registrado no Plano de Benefícios I para o Plano de Gestão Administrativa – PGA – Multifuturo II. Estes valores estão demonstrados juntamente com o total das contribuições contratadas e registrados no Ativo Realizável – Gestão Administrativa.

NOTA 05 – ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro, a Composição Consolidada da Carteira de Investimentos da Fundação estava assim representada:

DESCRIÇÃO	2011	2010
TÍTULOS PÚBLICOS	442.146	394.066
Títulos Públicos Federal	442.146	394.066
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	169.445	22.532
Instituição Financeira	163.595	17.522
Companhias Abertas	5.850	5.010
AÇÕES	12.885	15.989
Companhias Abertas	12.885	15.989
FUNDO DE INVESTIMENTO	944.107	1.066.887
Renda Fixa	317.062	-
Ações	15.107	-
Multimercado	528.600	1.066.887
Direitos Creditórios	79.263	-
Imobiliário	4.075	-
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	74.488	66.972
Edificações	69.895	66.049
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	4.593	923
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	50.691	44.229
Empréstimos	50.691	44.229
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	1.693.762	1.610.675

O saldo das debêntures de emissão da Hauscenter, deduzido das provisões para perdas, em 2011 é de R\$ 4.946 mil (R\$ 3.149 mil em 2010)

Atendendo a legislação vigente foram constituídas as seguintes provisões para fazer frente a valores de difícil realização:

a) Créditos Privados e Depósitos – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 29.644 mil (R\$ 26.292 mil em 2010), conforme relacionado a seguir:

- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Buettner é de R\$ 23.649 mil (R\$ 19.036 mil em 2010). As debêntures foram provisionadas em 100%, estando em processo de cobrança judicial. As debêntures estão sendo corrigidas e está sendo mantido o mesmo percentual de provisionamento;

- O saldo da provisão das debêntures de emissão da Hauscenter é de R\$ 5.995 mil (R\$ 7.256 mil em 2010). As debêntures então atreladas à participação de imóveis no World Trade Center de São Paulo, e no exercício de 2011 foi atualizado o provisionamento, passando de 69,74% para 54,79% levando-se em consideração o laudo de avaliação do imóvel. As debêntures estão sendo corrigidas e o provisionamento está sendo atualizado pelo mesmo valor da correção das debêntures.

b) Ações – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 450 mil (R\$ 450 mil em 2010), conforme relacionado a seguir:

- O saldo da provisão das ações de emissão da Cia Lorenz é de R\$ 450 mil (idem em 2010). As ações foram provisionadas em 100% do valor de mercado, em razão da empresa estar em processo falimentar.

c) Investimentos Imobiliários – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 1.399 mil (R\$

1.041 mil em 2010). As provisões foram constituídas para os valores registrados como aluguéis vencidos e impostos e taxas a receber. Tais valores estão sendo objetos de negociação e/ou cobrança judicial.

d) Operações com Participantes – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 832 mil (R\$ 81 mil em 2010). As provisões foram constituídas para os mutuários com empréstimos vencidos que se desligaram das patrocinadoras e não solicitaram benefício na Fundação, mutuários ativos e assistidos com prestações em atrasos e créditos de seguros a receber da seguradora. Os valores estão sendo objetos de negociação com os participantes e seguradora e/ou cobrança judicial.

5.1 – RENDA FIXA - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL

Atendendo a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, com as alterações promovidas pela Resolução CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002, Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, e demais atualizações, os títulos e valores mobiliários mantidos pela Fundação, passíveis de classificação nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e para negociação na carteira própria e de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais são demonstrados a seguir:

a) Composição das Carteiras e Prazos de Vencimento:

Títulos	2011			2010
	Até 360 Dias	Acima de 360	Total	Total
CARTEIRA PRÓPRIA	-	442.146	442.146	394.066
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	-	442.146	442.146	394.066
Letras Financeiras do Tesouro	-	308.526	308.526	276.428
Notas do Tesouro Nacional	-	133.620	133.620	117.638
FUNDOS EXCLUSIVOS	85.590	405.622	491.212	903.936
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	85.590	405.622	491.212	903.936
Letras Financeiras do Tesouro	39.769	16.017	55.786	444.454
Notas do Tesouro Nacional	30.050	288.534	318.584	278.691
Letras do Tesouro Nacional	15.771	101.071	116.842	180.791
TOTAL	85.590	847.768	933.358	1.298.002

b) Composição por Tipo de Papel:

Títulos	2011	
	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	595.566	595.566
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	55.786	55.786
Letras Financeiras do Tesouro (Carteira Própria)	308.526	308.526
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	7.698	7.698
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	141.105	141.105
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	82.451	82.451
Títulos Mantidos Até o Vencimento	337.792	337.792
Letras Financeiras do Tesouro (Carteira Própria)	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	-	-
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	51.169	51.169
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	286.623	286.623
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	-	-
TOTAL	933.358	933.358

A Fundação encaminhou declaração ao banco responsável pela custódia e controle dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e das carteiras de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais, sobre sua capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

De acordo com o previsto no Art. 6º da Resolução CGPC nº 4, acima citada, foi realizada por ocasião da elaboração do balanço anual a reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, transferindo parte de seus ativos com vencimentos em 2012 e 2013, da categoria títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação, objetivando buscar outras oportunidades de mercado cujos rendimentos superem a taxa básica e o alongamento dos prazos destes papéis de acordo com as diretrizes da Política de Investimentos e estudo de ALM dos Planos de Benefícios, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Curva	Mercado	Ganhos
Plano de Benefícios I	116.278	118.452	2.174
Carteira Própria	84.006	85.827	1.821
Letras Financeiras do Tesouro - vencimento em 2013	52.617	52.632	15
Notas do Tesouro Nacional - vencimento em 2013	31.389	33.195	1.806
Fundos Exclusivos	32.272	32.625	353
Letras do Tesouro Nacional - vencimento em 2012	32.272	32.625	353
Plano de Benefícios Multifuturo I	183.786	187.227	3.441
Carteira Própria	133.182	136.069	2.887
Letras Financeiras do Tesouro - vencimento em 2013	83.420	83.444	24
Notas do Tesouro Nacional - vencimento em 2013	49.762	52.625	2.863
Fundos Exclusivos	50.604	51.158	554
Letras do Tesouro Nacional - vencimento em 2012	50.604	51.158	554
Plano de Benefícios Multifuturo II	25.281	25.758	477
Carteira Própria	18.628	19.032	404
Letras Financeiras do Tesouro - vencimento em 2013	11.670	11.673	3
Notas do Tesouro Nacional - vencimento em 2013	6.958	7.359	401
Fundos Exclusivos	6.653	6.726	73
Letras do Tesouro Nacional - vencimento em 2012	6.653	6.726	73
Plano de Gestão Administrativa - PGA	15.294	15.575	281
Carteira Própria	10.594	10.824	230
Letras Financeiras do Tesouro - vencimento em 2013	6.635	6.637	2
Notas do Tesouro Nacional - vencimento em 2013	3.959	4.187	228
Fundos Exclusivos	4.700	4.751	51
Letras do Tesouro Nacional - vencimento em 2012	4.700	4.751	51
TOTAL	340.639	347.012	6.373

Os ganhos no valor de R\$ 6.373 mil foram reconhecidos imediatamente no resultado do período.

5.2 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

		2011			2010
		Custo Reavaliado	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações					
Imóveis em Construção	(a)	403	-	403	-
Uso Próprio	(a)	3.017	(56)	2.961	3.548
Locadas a Patrocinadoras	(a)	1.308	(36)	1.272	758
Locadas a Terceiros	(a)	65.921	(1.123)	64.798	61.061
Valores a Receber (Aluguéis, Taxas e demais)	-	461	-	461	682
Direitos em Alienação de Investimentos Imobiliários	-	4.593	-	4.593	923
		75.703	(1.215)	74.488	66.972

(a) As taxas anuais de depreciação são ajustadas em função da vida útil remanescente dos bens, apresentadas nos últimos laudos de avaliação.

Com o objetivo de eliminar as distorções das reavaliações trienais, a Fusesc a partir do exercício de 2007 passou a reavaliar 1/3 dos seus imóveis a cada ano. Em 2010 a reavaliação de 1/3 foi realizada no mês de setembro. No exercício de 2011, de acordo com o laudo de avaliação de peritos independentes emitidos pelas empresas “Avalisc – Engenharia de Avaliações S/C Ltda.” e “Bonin – Engenharia de Avaliações Ltda.”, foi realizada a reavaliação de 1/3 dos seus imóveis onde se obteve o resultado positivo no montante R\$ 7.638 mil, na qual foi incorporado aos saldos

dos Investimentos Imobiliários, a crédito de receita dos Investimentos. Os ativos reavaliados passaram, a partir de abril de 2011, a serem depreciados pela sua vida útil remanescente estimada nos referidos laudos de avaliação.

O resultado da reavaliação está demonstrado como segue:

DESCRIÇÃO	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Resultado
Edificações	23.873	16.235	7.638
Uso Próprio	-	-	-
Locadas à Patrocinadoras	-	-	-
Locadas à Terceiros	23.873	16.235	7.638
TOTAIS	23.873	16.235	7.638

NOTA 06 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os valores registrados como exigível operacional é, substancialmente, decorrente das obrigações relativas à concessão de benefícios e obrigações fiscais (Gestão Previdencial), provisões e as obrigações fiscais e de pessoal e encargos (Gestão Administrativa), operações de créditos privados – debêntures, operações de imóveis – edificações e as obrigações fiscais e empréstimos (Investimentos).

NOTA 07 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FUSESC, com a adesão à anistia proposta pela União, desistiu das demandas judiciais nas quais pleiteava sua imunidade tributária. O montante do depósito na demanda que versa sobre o imposto provisório sobre a movimentação financeira - IPMF foram baixados no mês de setembro de 2011, em função de entendimento as normas contidas na Instrução MPS/PREVIC nº 05 de 08 de setembro de 2011, no qual passou a consignar os direitos dos depósitos judiciais em contas do ativo.

Em virtude de mandado de segurança impetrado pela ABRAPP, no qual é questionada a exação tributária das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, a FUSESC vinha consignando judicialmente o imposto de renda exigido nos moldes do regime especial de tributação – RET e em dezembro de 2005 protocolou pedido de desistência da medida judicial, sendo tal valor baixado no mês de setembro de 2011, conforme a Instrução MPS/PREVIC nº 05 de 08 de setembro de 2011.

Em função das demandas judiciais, a Fundação atendendo as normas contábeis, constitui provisões referentes a: expurgos inflacionários no valor em 2011 de R\$ 44.330 mil (R\$ 39.981 mil em 2010), valor este que abrange todos os participantes, demandantes ou não da ação judicial; ações referente a gratificação de cargo estratégico no valor de R\$ 9.070 mil (R\$ 8.043 mil em 2010), ações referente a cesta-alimentação no valor de R\$ 5.216 mil (R\$ 1.634 mil em 2010) e as trabalhistas e cíveis no valor de R\$ 7.012 mil (R\$ 3.245 mil em 2010). Tal cautela se justifica ante o número avolumado de ações, a nível nacional, e que vem, por entendimentos controversos, resultando em discussões e decisões que amparam nossa opção pelo provisionamento.

Como consequência das ações trabalhistas e cíveis promovidas contra a Fundação, foram efetuadas, por exigência legal, uma série de depósitos recursais com o propósito de permitir o questionamento de referidas

demandas nas instâncias superiores. Tais valores correspondem em 2011 o montante de R\$ 2.815 mil (R\$ 3.085 mil em 2010).

Em 31 de dezembro os valores envolvidos em demandas judiciais, para os quais a Fundação mantém depósitos judiciais correspondentes estão assim representados:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Imposto de Renda - Regime Especial de Tributação - RET	-	9.832
Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira	-	456
Ações Trabalhistas/Cíveis	2.815	3.085

No exercício de 2010, tendo em vista as disposições estabelecidas nas normas que regulavam os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, o registro contábil dos valores depositados judicialmente figurava como uma conta redutora da conta que registra a referida obrigação, razão pela qual, tais valores acabavam não sendo evidenciados nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 08 – EXIGÍVEL ATUARIAL

O Exigível Atuarial foi determinado pela consultoria atuarial independente Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., que adotou na Avaliação Atuarial, os seguintes regimes e métodos de financiamento:

- No Plano de Benefícios I (plano de contribuição variável, em extinção):
 - Para avaliação do benefício de auxílio-doença, foi adotado o Regime de Repartição Simples;
 - Para os demais benefícios, o Regime de Capitalização, com o Método Agregado.
- Nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II (planos de contribuição variável):
 - Para avaliação do benefício de aposentadoria por invalidez e pensão por morte antes da aposentadoria, foi adotado o Regime de Capitalização, com o Método Agregado;
 - Para os demais benefícios, o de Regime de Capitalização Financeira.

As hipóteses econômicas e demográficas utilizadas nas avaliações de 2011 e 2010 estão demonstradas, como segue:

TIPO DE HIPÓTESE	AVALIAÇÃO 2011	AVALIAÇÃO 2010
	DATA-BASE: julho-2011	DATA-BASE: dezembro-2010
ECONÔMICAS		
Retorno dos Investimentos	INPC + 5% a.a.	INPC + 5% a.a.
Crescimento Salarial	Plano BD e Multifuturo I: INPC + 1,97% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,40% a.a.	Plano BD e Multifuturo I: INPC + 2% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,41% a.a.
Crescimento do Teto do INSS	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Reajuste de Benefícios	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Fator de Capacidade Salarial e de Benefício	98%	98%
DEMOGRÁFICAS		
Mortalidade	AT-2000 (110% sexo masculino e 120% sexo feminino)	AT-2000
Mortalidade de Invalidos	50% RRB - 1944	60% RRB - 1944
Entrada em Invalidez	IAPB-57 Forte (80% sexo masculino e 110% sexo feminino)	IAPB-57 Forte (80% sexo masculino e 110% sexo feminino)
Rotatividade	Nula	Nula

Os resultados das avaliações destes três planos foram posicionados separadamente, conforme demonstram os pareceres atuariais datados em 17 de fevereiro de 2012.

Apresentamos a seguir, o Demonstrativo da Composição Consolidada do Exigível Atuarial da FUSESC, em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	2011	2010
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.270.590	1.212.740
Contribuição Definida	797.761	777.588
Benefício Definido	472.829	435.152
BENEFÍCIOS A CONCEDER	236.483	224.327
Contribuição Definida	222.577	204.435
Benefício Definido	13.906	19.892
TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.507.073	1.437.067

- Provisão Matemática de Benefícios Concedidos**

É a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Fundação, em relação aos destinatários em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos aos cofres da FUSESC, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

- Provisão Matemática de Benefícios a Conceder**

No Plano de Benefícios I e para os benefícios de risco dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela FUSESC, em relação aos participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser

recolhidos aos cofres da FUSESC, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

Para os benefícios programáveis dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias dos participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, com as atualizações devidas conforme dispõe o regulamento dos planos.

NOTA 09 – RESULTADO ACUMULADO

O Resultado Acumulado da FUSESC é superavitário, correspondendo em 31 de dezembro de 2011 ao montante de R\$ 64.052 mil (R\$ 71.436 mil em 2010) caracterizando assim, uma suficiência patrimonial em relação aos compromissos totais. Ressalte-se que este superávit ocorreu em função do bom desempenho da rentabilidade efetiva dos ativos da Fundação em anos anteriores e a redução em relação a 2010 (R\$ 7.384 mil) decorre da contabilização de contingência do Programa Previdencial, da alteração da tábua de mortalidade de válidos e assistidos inválidos e da alteração da taxa de crescimento salarial.

Em atendimento a Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, regulamentada pela Instrução SPC nº 28 de 30/12/2008, o superávit técnico foi classificado em Reserva de Contingência no valor de R\$ 64.052 mil. No exercício de 2010 no Plano de Benefícios Multifuturo II foi registrado um excedente da Reserva de Contingência e classificado em Reserva para Revisão no Plano. Em maio de 2011, em atendimento a determinação da equipe de fiscalização da PREVIC, escritório regional do Rio Grande do Sul, foi alterada a base de cálculo observando a citada determinação: “a Entidade deve revisar os valores registrados em Reserva de Contingência e na Reserva Especial para Revisão do Plano, considerando como base para o cálculo das mesmas a soma das reservas matemáticas de benefícios definidos e das reservas matemáticas dos benefícios que assumem a característica de benefício definido na fase de concessão, incluídos todos os beneficiários que ainda não fizeram a opção irrevogável pela modalidade CD”.

NOTA 10 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS

O Fundo da Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 66.628 mil (R\$ 65.928 mil em 2010).

O Fundo do Programa de Investimentos foi constituído com recursos da cobrança da taxa de quitação dos empréstimos liberados aos participantes para amortização desses em casos de morte. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 815 mil (R\$ 759 mil em 2010). Este fundo era consignado dentro do Plano de Gestão Administrativa – PGA e foi transferido no exercício de 2011 para os seus respectivos Planos de origens.

O Fundo Previdencial foi constituído atuarialmente nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, como resultado dos saldos de contas formadas pelas contribuições realizadas exclusivamente pelas patrocinadoras, relativos aos participantes desligados dos respectivos planos e que resgataram suas contribuições pessoais. Este Fundo poderá ser utilizado para reduzir contribuições futuras das patrocinadoras ou para cobertura de eventuais insuficiências dos planos, observado o disposto na legislação vigente, no plano de custeio anual e na manifestação do atuário. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 924 mil (R\$ 538 mil em 2010).

NOTA 11 – COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Para efeito de comparação das Demonstrações Contábeis com o exercício de 2010, com as alterações promovidas pela Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (consolidado) foi substituída pela Demonstração da Mutação do Patrimônio Social e os valores foram demonstrados de acordo com a nova demonstração.

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433 085 709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 426 033 079-91

Marcos Anderson Treitinger
Diretor Financeiro
CPE Nº 003.632.389-64

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

2. PARECERES

2.1. Parecer Atuarial da Avaliação em 31.12.2011

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2011 do plano de benefícios Multifuturo II administrado pela FUSESC, o qual é constituído na modalidade de Contribuição Variável, tal como definido no art. 4º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial, em especial a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC de nº 18, de 28 de março de 2006, que estabelece parâmetros técnicos para a avaliação de planos de benefícios e a Instrução nº 9, de 14 de dezembro de 2010, da Superintendência de Previdência Complementar – PREVIC, que cria normas para o preenchimento das demonstrações atuariais.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a Diretoria e Conselho Deliberativo da entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em julho de 2011 e atualizados para dezembro de 2011.

QUALIDADE DA BASE CADASTRAL UTILIZADA

Os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de benefícios Multifuturo II estão posicionados em julho de 2011 e atualizados para dezembro de 2011, tendo sido avaliados por esta consultoria como de boa qualidade, consistentes, completos e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial e situação atuarial do plano de benefícios, bem como para a elaboração do plano de custeio a vigorar em 2012.

Em 31/12/2011, o plano contava com 234 participantes ativos, com idade média igual a 45,0 anos, 4 participantes aguardando BPD, cuja idade média é de 53,7 anos, 22 participantes em autopatrocínio com rescisão de contrato de trabalho (idade média de 47,2 anos) e 3 participantes em autopatrocínio sem rescisão do contrato de trabalho e com idade média igual a 51,2 anos.

Na mesma data-base existiam 152 assistidos por aposentadoria programada com idade média igual a 57,9, 10 assistidos por invalidez com idade média de 55,3, 6 grupos de pensões e 1 assistido em auxílio-doença.

HIPÓTESES ATUARIAIS, REGIMES FINANCEIROS E MÉTODO ATUARIAL

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: AT-2000 masculina com desagravo de 10% e AT-2000 feminina com desagravo de 20%;
- Tábua de entrada em invalidez: IAPB-57 Forte (80% da taxa original para o sexo masculino e de 110% para o sexo feminino);
- Tábua de mortalidade de inválidos: 50% das taxas originais da RRB-1944;
- Rotatividade: nula; e
- Não foi utilizada a hipótese de gerações futuras.

Hipóteses Demográficas

- Composição do grupo familiar na data do óbito do participante
 - Participantes assistidos: dados dos dependentes informados em cadastro; e
 - Participantes ativos: hipótese de que todos terão dependente vitalício, sendo o homem três anos mais velho do que a mulher.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 5,0%
- Projeção de crescimento real anual dos salários: 3,40%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: 0,00%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: 0,00%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - Salários: 0,98
 - Benefícios do RGPS: 1,00
 - Benefícios do plano: 0,98

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização Financeira: benefícios programados de aposentadoria antecipada, aposentadoria normal, benefício proporcional e portabilidade;
- Regime de Capitalização (método Agregado): benefícios de risco de aposentadoria por invalidez, reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e pensão por morte de ativo.

Em relação à reavaliação atuarial de 31/12/2010, foram alteradas as hipóteses de tábua de mortalidade de inválidos, a taxa de crescimento real dos salários e a taxa de juros, conforme exposto abaixo:

Hipótese	2010	2011
Tábua de mortalidade de inválidos	60% da RRB-44	50% da RRB-44
Tábua de mortalidade de válidos	AT-2000 por sexo	AT-2000 masculina com desagravo de 10% e feminina com desagravo de 20%
Crescimento real anual dos salários	3,41%	3,40%

Todas as hipóteses adotadas estão em conformidade com as disposições da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, tendo sido selecionadas em função dos resultados dos testes de aderência e dos estudos estatísticos realizados por esta consultoria, bem como dos estudos técnicos desenvolvidos pela área de investimentos da FUSESC em relação às hipóteses de taxa de juros e expectativa de inflação.

Os testes de aderência se encontram em poder da entidade e tiveram como resultados conclusivos a necessidade de revisa das tábuas acima comentadas, fato este que nos levou a recomendar ao Conselho Deliberativo da entidade a adoção de novas tábuas, o que foi aprovado pelo referido órgão.

Foram realizados também estudos estatísticos de projeção do crescimento real de salários que determinaram a substituição das taxas de crescimento real utilizadas na reavaliação atuarial de 2010 pelas taxas acima apresentadas, as quais se mostraram mais aderentes à dinâmica salarial futura das patrocinadoras do plano de benefícios. Essa alteração também foi recomendada ao Conselho Deliberativo e por este aprovada.

Com relação à manutenção dos fatores de capacidade e da taxa de juros, estas foram fruto de estudos técnicos da área de investimentos da FUSESC, que analisaram a expectativa de inflação futura e da taxa de juros. Estas taxas foram submetidas às patrocinadoras que emitiram declarações favoráveis na forma do item 1.1 da Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO APLICADOS NO CASO DE REGIME FINANCEIRO DE CAPITALIZAÇÃO

Em nossa opinião, o método de financiamento agregado vem produzindo resultados consistentes, possibilitando a acumulação de reservas matemáticas que são suficientes para o equilíbrio atuarial do plano de benefícios, conforme demonstrado neste relatório.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2011 e abaixo reproduzidas.

<u>Rubrica</u>	<u>Valores em R\$</u>
Ativo Total:	177.195.033,48
Exigível Operacional:	(-) 206.421,60
Exigível Contingencial:	(-) 3.373.452,86
Fundos:	(-) 6.008.476,92
Ativo Líquido do Plano:	167.606.682,10
Ativo Líquido Integralizado:	160.546.555,84
Ativo Líquido a Integralizar*:	7.060.126,26

* Serviço passado contratado, cujo prazo residual de amortização é de 12 meses, contados da data desta reavaliação atuarial.

VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS NO EXERCÍCIO ENCERRADO EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR

As provisões matemáticas, em 31/12/2010 e 31/12/2011, eram compostas da seguinte forma:

Rubrica	31/12/2010	31/12/2011
Provisões matemáticas:	144.149.225,13	157.369.446,02
Benefícios concedidos:	81.972.660,29	86.851.623,61
Contribuição definida	77.032.070,43	81.347.253,87
Benefício definido	4.940.589,86	5.504.369,74
Benefícios a conceder:	62.176.564,84	70.517.822,41
Contribuição definida:	58.117.350,16	65.225.347,27
Benefícios definido:	4.059.214,68	5.292.475,14
Valor Atual dos Benefícios Futuros não programados:	4.599.054,02	7.933.604,39
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores:	539.839,34	2.641.129,25
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes:	0,00	0,00

As provisões matemáticas de benefícios concedidos aumentaram 5,95% em decorrência das variações normais no plano, fruto dos reajustes de benefícios e do custo dos juros atuariais incidentes sobre as mesmas, bem como do consumo das provisões matemáticas relativas à parte de contribuição definida do plano de benefícios. Não ocorreram fatos relevantes que determinassem um crescimento dessas provisões matemáticas além do que já era esperado.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder tiveram uma elevação de 13,42%, fruto da acumulação de novas contribuições e da rentabilização dos saldos individuais, tendo destaque a variação das provisões matemáticas estruturadas em benefício definido, que tiveram uma redução de 30,38% decorrente das variações observadas no salário-real-de-benefício dos participantes ativos do plano de benefícios e da implantação do novo custeio dos benefícios de risco.

FUNDOS PREVIDENCIAIS EXISTENTES NA DATA DESTA AVALIAÇÃO ATUARIAL

O balancete de 31/12/2011 registra um montante de R\$ 37.516,31 de saldo do fundo previdencial referente ao Fundo de Sobras de Contribuições, R\$ 5.938.664,10 referente à participação deste plano no Plano de Gestão Administrativa – PGA e R\$ 32.296,51 de fundo de investimentos constituído com recursos da cobrança da taxa de quitação dos empréstimos liberados aos participantes para amortização desses em casos de morte, totalizando R\$ 6.008.476,92 registrado em Fundos.

VARIAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE BENEFÍCIOS E CAUSAS MAIS PROVÁVEIS

Confrontando-se o exigível atuarial com o ativo líquido do plano, observa-se que a situação atuarial é de um superávit de **R\$10.237.236,08**, que representa 13,47% da soma das provisões matemáticas de benefício definido com o saldo total de ativos que resulta em R\$ 76.022.192,15, devendo, dessa forma, ser integralmente destinado para a Reserva de Contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas de benefício definido e o restante formada a reserva especial para revisão do plano de benefícios, conforme as determinações dos artigos 7º e 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

Em relação a 31/12/2010, quando o plano de benefícios apresentou como resultado um superávit de **R\$9.674.993,02**, observa-se que houve um aumento no resultado atuarial do plano de benefícios, cujas causas mais prováveis estão relacionadas à variação das provisões matemáticas, conforme comentado no tópico específico, e à rentabilidade patrimonial acima da meta atuarial do plano de benefícios.

O resultado do plano pode ser atribuído aos seguintes fatores:

- A rentabilidade patrimonial superior à meta atuarial composta pelo INPC + juros reais de 5,0% ao ano. A variação do INPC de dezembro de 2010 a novembro de 2011 foi de 6,17%, que acrescida à taxa real de juros do plano resultou em uma meta atuarial de 11,48%, frente a uma rentabilidade do plano igual a 12,66% ao ano, calculada pela metodologia que determina o valor da cota do plano;
- Os superávits acumulados de exercícios anteriores; e
- A elevação nos benefícios de risco originada dos aumentos observados no salário-real-de-benefício.

NATUREZA DO RESULTADO ATUARIAL DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Tendo em vista os fatores apontados como causas mais prováveis do resultado atuarial do plano de benefícios, nosso entendimento é que o resultado superavitário pode ser definido como estrutural, pois decorre de fatores que estão ligados à concepção do plano de benefícios, não tendo ocorrido fatores pontuais que tenham contribuído para o resultado.

SOLUÇÕES PARA O EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Não foi constatado déficit atuarial na apuração de resultado para o plano de benefícios sob análise e, portanto, não há recomendações para o equacionamento de insuficiências.

CUSTOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E COMPARAÇÃO COM EXERCÍCIO ANTERIOR

Os custos do plano de benefícios avaliados em 31/12/2011 perfazem um total de 15,1570%, estando divididos da seguinte forma: a) aposentadorias programadas e reversão: 13,0570%; b) invalidez e reversão: 1,3260%; c) pensão de participante ativo: 0,1140%; e d) custeio administrativo: 0,6600%. Todos os percentuais incidentes sobre salários-de-participação.

Em 31/12/2010, o custo total do plano foi de 15,9260%, tendo ocorrido uma pequena redução no custo total decorrente de alterações no custo médio dos benefícios programados, apesar do aumento registrado no custo dos benefícios de risco. O custo dos benefícios programados é calculado a partir da massa de participantes existentes na data da avaliação atuarial, tomando-se as contribuições que são aportadas por esse grupo de participantes.

PLANO DE CUSTEIO

Plano de custeio para 2012

O plano de custeio a vigorar em 2012 adotará as mesmas regras de contribuição e limites de alíquotas para os benefícios programados e para o custeio administrativo, sendo, contudo, necessária uma revisão do custeio dos benefícios de risco em função das variações nos salários-reais-de-benefício (SRB), observadas entre os cadastros utilizados na reavaliação atuarial de 31/12/2010 e nesta reavaliação.

Cálculos efetuados por esta consultoria com base nos dados cadastrais usados em ambas as avaliações atuariais revelaram que os SRB tiveram o seu valor nominal elevado em 18,49%, em média, e o valor da Unidade de Referência Fusesc - URF passou de R\$ 290,461135 para R\$ 308,3967665, representando um aumento de 6,17%.

De acordo com as regras do plano de benefícios, o valor dos benefícios de risco é calculado tomando-se o maior valor entre a renda vitalícia obtida com conversão dos saldo de conta do participante e o cálculo obtido a partir da seguinte fórmula $90\% \times SRB - 9 \times URF$, podendo ser aplicado um fator de proporcionalidade, no caso de participante que ingressaram no plano após decorridos 60 (sessenta) dias da sua admissão na patrocinadora. Para a determinação da pensão, deve-se, ainda, multiplicar o resultado pela quota familiar e por tantas quotas individuais até o máximo de cinco.

É fácil perceber que o valor do benefício de risco sofre modificações, em função de aumentos no SRB e na URF, que serão diretamente proporcionais à diferença nas variações percentuais de aumento dessas duas variáveis. Dito de outra forma, um aumento no SRB potencializa o impacto no valor do benefício, caso a URF tenha aumentado em percentual inferior ao do SRB, o que ficou comprovado quando se comparam os cálculos efetuados por nossa consultoria.

O novo plano de custeio tem vigência a partir de 01/01/2012.

As contribuições normais das patrocinadoras poderão variar entre o limite mínimo de 2,33% e o máximo de 7% da folha de salários-de-participação de seus empregados, dependendo da opção contributiva do participante ativo, uma vez que a contribuição patronal é paritária até o limite máximo acima definido. Na taxa de contribuição estão incluídas a taxa para custeio administrativo (0,33%) e para cobertura dos benefícios de risco (1,44%).

Os participantes ativos contribuirão com taxas por eles selecionadas, observando-se o mínimo de 2,33% do salário-de-participação, sendo que na taxa de contribuição selecionada, estará incluída a taxa de 0,33% para custeio administrativo.

Os participantes que aguardam BPD recolherão a taxa de custeio administrativo equivalente a 0,66% do salário-de-participação, sendo opcional o recolhimento da taxa para cobertura dos benefícios de risco (1,44%).

Os assistidos pagarão contribuições calculadas com base na alíquota de 1% do valor do benefício, exclusivamente para custeio administrativo.

PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS AOS QUAIS O GRUPO DE CUSTEIO ESTÁ EXPOSTO E SUGESTÕES PARA MITIGAÇÃO DESSES RISCOS

O plano de benefícios, por ser constituído na modalidade de contribuição variável, está exposto aos riscos atuariais relacionados com fatores biométricos e ao risco financeiro, tanto durante a fase de recebimento dos benefícios quanto em relação aos benefícios de risco decorrentes de invalidez e morte durante a fase de acumulação das reservas. O monitoramento sistemático desses riscos é feito através das avaliações atuariais anuais, do acompanhamento mensal das provisões matemáticas e da utilização de métodos de financiamento, regimes financeiros e hipóteses atuariais consistentes e aderentes à realidade dos participantes e assistidos do plano de benefícios.

RECOMENDAÇÕES PARA RESTABELECER A SUFICIÊNCIA DE COBERTURA DO GRUPO DE CUSTEIO

Não foram constatadas insuficiências de cobertura no plano de custeio em relação aos custos dos benefícios do plano.

COMENTÁRIOS FINAIS

Conforme demonstrado nas exposições feitas no decorrer do presente parecer, o plano de benefícios denominado Multifuturo II apresenta situação atuarial equilibrada, observando-se um superávit de R\$ 10.237.236,08, que representa 13,47% da soma das provisões matemáticas de benefício definido com o saldo total de ativos que resulta em R\$ 76.022.192,15, devendo, dessa forma, ser integralmente destinado para a Reserva de Contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas de benefício definido e o restante formada a reserva especial para revisão do plano de benefícios, conforme as determinações da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

Apesar da situação equilibrada em termos atuariais, o custo dos benefícios de risco do plano (invalidez e morte) apresentou uma elevação em função dos crescimentos no salário-real-de-benefício (SRB), o que determina a necessidade de revisão do custeio para 2012.

O relatório do estudo de aderência das premissas e hipóteses atuariais revelou a necessidade de revisão das hipóteses de crescimento salarial, mortalidade de inválidos e mortalidade de válidos cujas modificações foram recomendadas ao Conselho Deliberativo da entidade e aprovadas pelo referido órgão.

Por fim, lembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 17 de fevereiro de 2012.

Antonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162

2.2. Relatório dos Auditores Independentes Bez & Associados

Aos Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da

Fundação CODESC de Seguridade Social - FUSESC

Florianópolis - SC.

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação CODESC de Seguridade Social - FUSESC (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio social consolidado, das mutações do ativo líquido por plano de benefícios, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano de gestão administrativa consolidada e das obrigações atuariais dos planos de benefícios para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades autorizadas reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação CODESC de Seguridade Social - FUSESC em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Maringá - PR, 20 de fevereiro de 2012.

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S

CRC PR 5.010/O-2

Valdemir Bez

Contador

CRC PR 037.262/O-2 S SC

2.3. Parecer do Conselho Fiscal da Fusesc

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Codesc de Seguridade Social FUSESC, de acordo com as Disposições Legais Estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido Plano Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano Benefícios I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada), Demonstração das Obrigações Atuariais Plano Benefícios I, Demonstração das Obrigações Atuariais Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração das Obrigações Atuariais Plano de Benefícios Multifuturo II, referente ao exercício de 2011, bem como as Notas Explicativas, relatórios de conciliação, inventários de bens e outros

documentos, e tendo em vista os pareceres de auditoria e atuarial, da Bez & Associados Auditores Independentes S/S e da Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., respectivamente, são do parecer que os valores contábeis refletem a situação econômico-financeira da Entidade.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2012.

Júlio César Correa Búrigo
Presidente

José Luciano Silva
Conselheiro

Ricardo Bayer Battistotti
Conselheiro

Jóse Carlos Mantovani
Conselheiro

2.4. Parecer do Conselho Deliberativo da Fusesc

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, em reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2012 no uso de suas atribuições, que lhes confere o item V do artigo 27 do Estatuto, após o exame do o Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido Plano Benefícios I, Demonstração do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano Benefícios I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Plano de Benefícios Multifuturo II, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada), Demonstração das Obrigações Atuariais Plano Benefícios I, Demonstração das Obrigações Atuariais Plano de Benefícios Multifuturo I, Demonstração das Obrigações Atuariais Plano de Benefícios Multifuturo II, referente ao exercício de 2011, bem como as Notas Explicativas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 e considerando os Pareceres do Atu rio, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidiram, por unanimidade, pela sua aprovação.

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2012.

Fernanda de Figueroa Freitas Neves
Presidente

Volnei Tércio Sousa
Conselheiro

Pedro Bramont
Conselheiro

José Manoel de Oliveira
Conselheiro

Raul Ferreira
Conselheiro

Edison Silva de Orleans
Conselheiro

3. INVESTIMENTOS

3.1. Resumo do Demonstrativo de Investimentos

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO		
ENTIDADE: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL		PERÍODO: DEZEMBRO DE 2011
SIGLA: FUSESC	CÓDIGO: 0055-2	CNPJ: 83.564.443/0001-32

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS							
DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2010	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2011	% APLIC.	% LIMITES RES. Nº 3.792 DE SET/09 DO CMN	% LIMITES POLÍTICA INVEST.
R. RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS		1.611.480.261,09	100,00	1.694.732.733,21	100,00		
A. DISPONÍVEL (A=a1)		1.125.067,25	0,07	1.283.256,99	0,08		
a1. Bancos e Caixa		1.125.067,25	0,07	1.283.256,99	0,08		
B. TÍTULOS PÚBLICOS (B=b1)		394.066.135,10	24,45	442.146.348,57	26,09	Até 100%	Limite
b1. TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS (b1=b1.1 + b1.2)		394.066.135,10	24,45	442.146.348,57	26,09		Inferior
b1.1. Notas do Tesouro Nacional (b1.1=b1.1.01)		117.637.863,85	7,30	133.619.970,67	7,88		50%
b1.1.01. NTN		117.637.863,85	7,30	133.619.970,67	7,88		Pl. Ben. I
b1.2. Letras Financeiras do Tesouro (b1.2=b1.2.01)		276.428.271,25	17,15	308.526.377,90	18,21		50%
b1.2.01. LFT		276.428.271,25	17,15	308.526.377,90	18,21		Pl. Mult. I
C. CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS (C=c1 + c2)		22.420.725,05	1,39	169.334.304,36	9,99		50%
c1. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (c1=c1.1 + c1.2)		17.521.399,00	1,08	163.595.316,83	9,65		Pl. Mult. II
c1.1. Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE (c1.1=c1.1.01 +...+c1.1.13)		17.521.399,00	1,08	127.247.981,99	7,51		50%
c1.1.01. Banco A. J. Renner		-	-	10.059.796,44	0,59		PGA
c1.1.02. Banco Banif S.A.		5.840.466,34	0,36	-	-		
c1.1.03. Banco Bom Sucesso		-	-	10.687.581,74	0,63		
c1.1.04. Banco BVA		-	-	10.774.902,31	0,64		Limite
c1.1.05. BIC Banco		-	-	10.672.114,91	0,63		Superior
c1.1.06. Banco Cruzeiro		-	-	10.693.170,58	0,63		100%
c1.1.07. Banco Fibra S.A.		5.840.466,32	0,36	10.754.481,66	0,63		
c1.1.08. Banco Indusval		-	-	10.697.303,87	0,63		
c1.1.09. Banco Mercantil do Brasil S.A.		5.840.466,34	0,36	10.774.902,31	0,64		
c1.1.10. Banco Modal		-	-	10.672.114,91	0,63		
c1.1.11. Banco Paine		-	-	10.755.161,73	0,63		

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2010	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2011	% APLIC.	% LIMITES RES. Nº 3.792 DE SET/09 DO CMN	% LIMITES POLÍTICA INVEST.
c1.1.12. Banco Sofisa		-	-	10.096.830,28	0,60		
c1.1.13. Banco Tricury		-	-	10.609.621,25	0,63		
c1.2. Letras Financeiras (c1=c1.2.01+C1.2.02)		-	-	36.347.334,84	2,14		
c1.2.01. Banco Votorantim		-	-	20.850.962,69	1,23		
c1.2.02. Banco Safra		-	-	15.496.372,15	0,91		
c2. COMPANHIAS ABERTAS (c2=c2.1+c2.2)		4.899.326,05	0,31	5.738.987,53	0,34		
c2.1. Debêntures Conversíveis c2.1=c2.1.01)		-	-	-	-		
*c2.1.01 Buettner (Provisão de 100% para perdas iminentes)		-	-	-	-		
c2.2. Debêntures Não Conversíveis (c2.2=c2.2.01+C2.2.02-c2.2.03)		4.899.326,05	0,31	5.738.987,53	0,34		
*c2.2.01. Hauscenter S.A (Provisão para perdas iminentes 54,79% (69,74% em 2010)		3.148.989,25	0,19	4.946.160,00	0,29		
c2.2.02. Valores a Receber (c2.2.02=c2.2.02.01+c2.2.02.02)		1.850.336,80	0,10	892.827,53	0,05		
c2.2.02.01.TEKA		566.422,88	0,04	323.951,50	0,02		
c2.2.02.02. VITA - CBI		1.283.913,92	0,08	568.876,03	0,03		
c2.2.03. Valores a Pagar		100.000,00	-	100.000,00	-		
D. AÇÕES (D=d1)		15.989.354,41	0,99	12.884.595,45	0,76	Até 70%	Limite
d1. COMPANHIAS ABERTAS (d1=d1.1)		15.989.354,41	0,99	12.884.595,45	0,76		Superior
d1.1.Mercado de Ações (d1.1=d1.1.1)		15.989.354,41	0,99	12.884.595,45	0,76		70%
d1.1.1 A Vista (d1.1.1=d1.1.1.01+...+d1.1.1.05)		15.989.354,41	0,99	12.884.595,45	0,76		
d1.01.01. Banco do Brasil	ON	-	-	1.422,00	-		
d1.01.02. Celesc	ON	305.000,00	0,02	500.200,00	0,03		
* d1.01.03. Lorenz (Provisão de 100% para perdas iminentes)	ON	-	-	-	-		
d1.01.04. Petrobras	PN	15.684.354,41	0,97	12.350.926,21	0,73		
d1.01.05. Valores a Receber		-	-	32.047,24	-		
E. FUNDOS DE INVESTIMENTO (E=e1+e2+e3+e4+e5)		1.066.886.610,18	66,21	944.107.063,00	55,71		
e1. Renda Fixa (e1=e1.01)		-	-	317.062.201,18	18,71		
e1.01. BB Granito FI (Exclusivo FI BB DTVM c/100%)		-	-	317.062.201,18	18,71		
e2. Ações (e2=e2.01)		-	-	15.107.300,57	0,89		
e2.01. Soma Floripa Ibovespa		-	-	15.107.300,57	0,89		
e3. Multimercado (e3=e3.01+...+e3.06)		1.066.886.610,18	66,21	528.599.599,06	31,19		
e3.01. Mercatto Diferencial 30 FI		10.660.580,64	0,66	-	-		
e3.02. Bradesco Jade (Exclusivo FI Bradesco c/100%)		-	-	69.412.887,05	4,10		
e3.03. HSBC CP Silver (Exclusivo- FIC HSBC c/18%, JGP c/10%, Ibiuna c/10%, Claritas c/10%, BNY c/19%, Duna c/10%, Geração Futuro c/23%)		-	-	53.417.325,31	3,15		
e3.04. HSBC - Ouro (Exclusivo - FI's HSBC c/69%, Modal c/5%, Quest c/1%, Opus c/1%, Fator c/4%, Kinea c/1%, Infinity c/2%, HSBC Top c/13%, e		418.025.392,11	25,93	-	-		

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2010	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2011	% APLIC.	% LIMITES RES. Nº 3.792 DE SET/09 DO CMN	% LIMITES POLÍTICA INVEST.
Geração Futura c/ 4%)							
e3.04. HSBC - Ouro (Exclusivo - FI's HSBC c/ 100%)		-	-	290.914.255,72	17,16		
e3.05. HSBC - Ágata (Exclusivo - FIF BB DTVM c/100%)		324.006.820,85	20,11	-	-		
e3.05. BB - Ágata (Exclusivo-FIF BB DTVM c/100%)		-	-	95.427.601,09	5,63		
e3.06. Bradesco Multi Prata (Exclusivo-FI's Bradesco c/94%, BIC c/2%, Kinea c/2% e Daycoval c/2%)		314.193.816,58	19,50	-	-		
e3.06. Bradesco Multi Prata (Exclusivo-FI's Bradesco c/23,41%, M.Mercado BBM c/55,39%, GP c/1,86%, BIC c/6,60% e Daycoval c/12,74%)		-	-	19.427.529,89	1,15		
e4. Direito Creditórios (e4=e4.01 + ... + e4.09)		-	-	79.263.427,11	4,68		
e4.01. FIDC Ático Abengoa		-	-	5.553.132,11	0,33		
e4.02. FIDC Bonsucesso		-	-	10.809.158,27	0,64		
e4.03. FIDC Multicetorial BVA Master		-	-	8.359.017,83	0,49		
e4.04. FIDC BICbanco		-	-	10.591.762,07	0,62		
e4.05. FIDC Mercantil		-	-	8.662.585,46	0,51		
e4.06. FIDC Daycoval		-	-	5.169.752,97	0,31		
e4.07. FIDC Intermedium Credito Consignado		-	-	4.989.563,10	0,29		
e4.08. FIDC Premium Veículos		-	-	10.085.234,81	0,60		
e4.09. FIDC Cedae		-	-	15.043.220,49	0,89		
e5. Imobiliário (e5=e5.01)		-	-	4.074.535,08	0,24		
e5.01. BB Renda Corporativa		-	-	4.074.535,08	0,24		
G. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (G=g1+g2+g3)		66.875.993,83	4,15	74.311.650,90	4,38	Até 8%	Limite
g1. IMOVEIS EM CONSTRUÇÃO (g1=g1.1)		-	-	403.143,35	0,02	a partir 2009	Superior
g1.1 Construção		-	-	403.143,35	0,02		8%
g2. ALUGUEIS E RENDA g2=g2.1 + ... + g2.3)		65.953.485,20	4,09	69.315.634,38	4,09		
g2.1 Uso Próprio (g2.1=g2.1.01+g2.1.02-g2.1.03)		3.529.854,39	0,22	2.963.820,57	0,17		
g2.1.01. Rua Dom Jaime Câmara nº 217, Centro - Fpolis/SC		3.548.188,42	0,22	2.961.266,76	0,17		
g2.1.02. Valores a Receber		5.125,80	-	2.635,81	-		
g2.1.03. Valores a Pagar		23.459,83	-	82,00	-		
g2.2. Locadas às Patrocinadoras (g2.2=g2.2.01 + ... + g2.2.04)		775.879,50	0,04	1.287.767,69	0,07		
g2.2.01. Rua Antão de Paula Velho s/n, B. Jardim da Serra/SC		206.157,21	0,01	199.540,53	0,01		
g2.2.02. Rua Santos Saraiva nº 1155, Estreito, Centro - Fpolis/SC		551.762,26	0,03	535.902,94	0,03		
g2.2.03. Rua Dom Jaime Câmara nº 217, Centro - Fpolis/SC		-	-	535.961,50	0,03		
g2.2.04. Valores a Receber		17.960,03	-	16.362,72	-		
g2.3. Locados a Terceiros (g2.3=g2.3.01 + ... + g2.3.16-g2.3.17)		61.647.751,31	3,83	65.064.046,12	3,85		

QUADRO II - CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉ- CIE TIPO	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2010	% APLIC.	VALOR MERCADO DEZEMBRO 2011	% APLIC.	% LIMITES RES. Nº 3.792 DE SET/09 DO CMN	% LIMITES POLÍTICA INVEST.
g2.3.01. Rua Presidente Coutinho nº 84, Centro - Fpolis/SC		11.163.475,33	0,70	11.150.813,17	0,65		
g2.3.02. Av. Osmar Cunha nº 23, Ed. Pérola Negra, Centro - Fpolis/SC		5.354.044,24	0,33	8.598.945,96	0,51		
g2.3.03. Rua Jerônimo Coelho nº 33, Ed. Ildelfonso Linhares, C/Fpolis/SC		1.089.137,09	0,07	1.067.359,49	0,06		
g2.3.04. Av. Hercílio Luz nº 59, Ed. Alpha Centauri, Centro - Fpolis/SC		935.093,74	0,06	1.756.737,00	0,10		
g2.3.05. Av. Osmar Cunha nº 15, Ed. Ceisa Center, Centro - Fpolis/SC		1.350.046,26	0,08	1.309.183,86	0,08		
g2.3.06. Rua Araújo Figueiredo nº 15, Ed. Solar das Orquídeas, C/Fpolis/SC		268.095,45	0,02	259.994,73	0,02		
g2.3.07. Av. Rio Branco nº 155, Ed. Planet Towers, Centro - Fpolis/SC		5.177.750,94	0,32	5.077.257,06	0,30		
g2.3.08. Rua Santos Saraiva nº 1155, Estreito, Centro - Fpolis/SC		4.898.260,61	0,30	4.834.121,09	0,29		
g2.3.09. Av. Rio Branco nº 159, Ed. Barra Sul, Centro - Fpolis/SC		16.624.266,96	1,03	16.415.188,92	0,96		
g2.3.10. Rua Álvaro de Carvalho, esq. Ten. Silveira, Ed. Mapil, C/Fpolis/SC		1.877.940,95	0,12	1.891.073,66	0,11		
g2.3.11. Rua Ten. Silveira nº 63, Ed. Reflex, Centro - Fpolis/SC		3.848.575,11	0,24	3.758.320,11	0,22		
g2.3.12. Rua Artista Bittencourt s/n, Ed. Alcides Abreu, Centro - Fpolis/SC		2.589.333,48	0,16	4.593.527,75	0,27		
g2.3.13. Rua Dom Jaime Câmara nº 259, Ed. Pedro Gil, Centro - Fpolis/SC		2.127.163,17	0,13	3.745.415,71	0,22		
g2.3.14. Rua Jerônimo Coelho nº 50, Ed. Riviera, Centro - Fpolis/SC		3.412.237,68	0,21	-	-		
g2.3.15. Rua Sérgio Glevinski s/n, Papanduva/SC		346.696,82	0,02	340.270,82	0,02		
g2.3.16. Valores a Receber		658.324,08	0,04	441.642,24	0,03		
g2.3.17. Valores a Pagar		72.690,60	-	175.805,45	0,01		
g3. DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INV. IMOBILIÁRIOS (g3=g3.01+g3.02+g3.03)		922.508,63	0,06	4.592.873,17	0,27		
g3.01. Rua Araújo Figueiredo nº 15, Ed. Solar das Orquídeas, Fpolis/SC Sala 06 e 07		14.857,96	-	-	-		
g3.02. Av. Getúlio Vargas s/n, Centro - Biguaçu/SC		907.650,67	0,06	927.003,10	0,05		
g3.03. Rua Jerônimo Coelho nº 50, Ed. Riviera, Centro - Fpolis/SC		-	-	3.665.870,07	0,22		
H. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (H=h1)		44.116.375,27	2,75	50.665.513,94	2,99	Até 15%	Limite
h1. EMPRÉSTIMOS (h1=h1.01+h1.02-h1.03)		44.116.375,27	2,75	50.665.513,94	2,99		Superior
h1.01. Pos-fixados		42.962.224,58	2,67	49.920.634,48	2,95		15%
h1.02. Valores a Receber		1.266.876,86	0,08	770.403,34	0,04		
h1.03. Valores a Pagar		112.726,17	-	25.523,88	-		

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

1. Este resumo esta sendo apresentado de acordo com a Instrução Normativa SPC nº 14, de 18/01/07 e Resolução CGPC nº 23, de 06/12/06 alterada pela Resolução CNPC nº 2 de 03/03/2011 do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS
- Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

2. Demonstraremos a rentabilidade por segmento comparativa com os benchmarks de mercado, como segue:

DESCRIÇÃO	Anual 2011	
	RENTABILIDADE	BENCHMARKS
RENDA FIXA	12,62%	11,59% CDI
RENDA VARIÁVEL	-15,88%	-18,11% IBOVESPA
IMÓVEIS	19,31%	11,48% META ATUARIAL
EMPRÉSTIMOS	15,21%	11,59% CDI
CARTEIRA TOTAL	12,70%	11,48% META ATUARIAL

3. A meta atuarial da FUSESC é de INPC (mês anterior) mais 5% ao ano, sendo que o acumulado no ano ficou em 11,48 %;

4. O valor ao Risco de Mercado (VaR) calculado para a Renda Fixa é de 0,0304% e para a Renda Variável é de 8,7129%, ficando enquadrado de acordo com a Política de Investimentos que é de 2% e 25,00%, respectivamente;
A Resolução CMN nº 3.792, de 28/09/2009, desobriga as EFPC's de elaborar a Divergência não Planejada (DNP), que representa a rentabilidade dos investimentos comparada com a meta atuarial da Fundação, desde que possua um modelo próprio de monitoramento de risco. A partir do exercício de 2010 a Fundação deixou de elaborar a DNP por possuir tal monitoramento de risco.

5. Os Fundos de Investimentos com gestão terceirizada estão discriminados nos itens e.1, e.2, e.3, e.4 e e.5 do QUADRO II e totalizados por segmento, como segue:

DESCRIÇÃO	VALOR	% Sobre o total da Gestão Terceirizada	% Sobre o total dos Investimentos da Fusesc
RENDA FIXA	317.062.201,18	33,58	18,71
AÇÕES	15.107.300,57	1,60	0,89
MULTIMERCADO	528.599.599,06	55,99	31,19
DIREITO CREDITÓRIO	79.263.427,11	8,40	4,68
IMOBILIÁRIO	4.074.535,08	0,43	0,24
TOTAL	944.107.063,00	100,00	55,71

6. DESENQUADRAMENTO: No ano não houve desenquadramento nas aplicações financeiras.

7. Demonstramos a seguir o total dos investimentos de cada plano de benefício e plano de gestão administrativa, assim como seus respectivos valores por segmento, em reais e percentuais relativos aos recursos garantidores das Reservas Técnicas:

DESCRIÇÃO	Valor Anual/10	% APL.	Valor Anual/11	% APL.
PLANO DE BENEFÍCIO I	536.072.073,83	33,27	557.618.415,74	32,90
Disponível	172.985,38	0,01	197.477,33	0,01
Títulos Públicos	134.343.085,53	8,34	150.734.425,17	8,89
Créditos Privados e Depósitos	8.951.757,52	0,56	58.150.997,23	3,43
Ações	5.351.931,88	0,33	4.313.069,27	0,25

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

Fundos de Investimento	351.119.033,92	21,79	304.426.100,52	17,96
Imóveis	23.324.982,14	1,45	25.918.210,31	1,53
Empréstimos	12.808.297,46	0,79	13.878.135,91	0,82
 PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO I	 865.321.628,57	 53,70	 907.015.429,81	 53,52
Disponível	82.369,98	0,01	53.025,90	-
Títulos Públicos	212.988.564,43	13,22	238.975.379,51	14,10
Créditos Privados e Depósitos	4.091.736,22	0,25	94.617.250,54	5,58
Ações	8.555.775,57	0,53	6.895.398,62	0,41
Fundos de Investimento	575.754.688,56	35,73	494.061.527,53	29,16
Imóveis	37.287.730,85	2,31	41.433.820,27	2,44
Empréstimos	26.560.762,96	1,65	30.979.027,44	1,83
 PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO II	 143.903.099,58	 8,93	 163.900.548,08	 9,67
Disponível	708.668,93	0,04	756.907,54	0,04
Títulos Públicos	29.791.215,88	1,85	33.426.008,16	1,97
Créditos Privados e Depósitos	1.874.906,08	0,12	16.330.585,73	0,96
Ações	1.437.119,53	0,09	1.158.024,80	0,07
Fundos de Investimento	99.080.593,47	6,15	99.461.050,94	5,88
Imóveis	6.263.280,84	0,39	6.959.620,32	0,41
Empréstimos	4.747.314,85	0,29	5.808.350,59	0,34
 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	 66.183.459,11	 4,10	 66.198.339,58	 3,91
Disponível	161.042,96	0,01	275.846,22	0,02
Títulos Públicos	16.943.269,26	1,05	19.010.535,73	1,12
Créditos Privados e Depósitos	7.502.325,23	0,47	235.470,86	0,01
Ações	644.527,43	0,04	518.102,76	0,03
Fundos de Investimento	40.932.294,23	2,53	46.158.384,01	2,73
TOTAL	1.611.480.261,09	100,00	1.694.732.733,21	100,00

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

8. As despesas incorridas com taxas de administração, performance e corretagem da Carteira Própria e Fundos de Investimento Exclusivo são registradas dentro dos Fundos de Investimentos, e as despesas de custódia são registrada no grupo de investimentos da Fundação e são segregadas por Plano de Benefícios. As demais despesas são registradas no Plano de Gestão Administrativa e estão segregadas por plano, como segue:

DESCRIÇÃO	Valor Anual/10	Valor Anual/11
Taxa de Administração – (Fundo de Investimento)	594.521,73	822.731,01
Taxa de Custódia	69.029,64	116.503,15
Taxa de Controladoria	270.131,74	246.934,40
Taxa CETIP/SELIC/CBLC	60.969,10	94.327,51
Água e Energia Elétrica	72.892,02	90.900,48
Despesa com Comunicação	284.459,35	266.019,90
Conservação e manutenção	34.098,72	64.623,83
Consultoria Atuarial	110.707,00	116.993,28
Auditoria Contábil	36.425,00	35.520,00
Consultoria Jurídica	736.900,08	921.686,38
Informática	459.945,52	515.635,21
Serviços de Segurança, Vigilância, Limpeza e Contínuo	264.435,17	316.347,08
Consultoria dos Investimentos	126.712,48	127.512,72
Serviços de Terceiros	85.568,88	114.446,92
Depreciação e Amortização	407.130,28	354.306,68
Despesas com Veículos	7.177,80	5.696,43
Despesa com Informativo e Divulgação	556.535,03	185.369,41
Despesas Miúdas de Pronto Pagamento	1.171,34	56,00
Jornais Revistas e Correlatos	4.634,64	5.835,61
Seguros	31.065,34	30.450,43
Viagens e Estadias	63.311,54	51.128,35
Despesa com Locação	273.653,51	364.837,00
Material limpeza, Copa e Cozinha	7.421,08	11.583,21
Gêneros Alimentícios e Correlatos	9.434,88	13.304,02
Material de Expediente	19.121,23	9.450,15
Outros Materiais	5.807,57	10.077,00
Impostos e Encargos	202.480,12	328.360,08
Material de Informática	14.694,71	4.617,19

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

Entidades Associadas	52.319,16	67.708,97
Alienação do Imobilizado	6.694,12	61.139,42
Outras	116.970,67	82.072,71
Pagamento PIS/COFINS	27.603,27	27.970,93
Despesa com Pessoal	4.481.629,31	5.041.397,63
Treinamentos/Congressos e Seminários	36.924,86	39.033,52
TOTAL	9.532.576,89	10.544.576,61
DESPESAS SEGREGADAS POR PLANO	Valor Anual/10	Valor Anual/11
DESCRIÇÃO		
PLANO DE BENEFÍCIO I	2.872.648,37	3.166.983,22
Fundo de Investimentos (Taxa de Administração, Performance e Corretagem)	196.690,89	271.227,23
Taxa de custódia	23.502,54	39.038,55
Taxa de Controladoria	-	81.462,78
Taxa CETIP/SELIC/CBLC	-	27.681,88
Gestão Administrativa	2.652.454,94	2.747.572,78
PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO I	5.850.936,88	6.437.258,91
Fundo de Investimentos (Taxa de Administração, Performance e Corretagem)	320.299,10	433.684,41
Taxa de custódia	36.150,73	61.932,02
Taxa de Controladoria	-	132.403,35
Taxa CETIP/SELIC/CBLC	-	33.202,52
Gestão Administrativa	5.494.487,05	5.776.036,61
PLANO DE BENEFÍCIO MULTIFUTURO II	781.868,46	877.299,91
Fundo de Investimentos (Taxa de Administração, Performance e Corretagem)	54.263,90	83.608,86
Taxa de custódia	5.521,03	10.418,87
Taxa de Controladoria	-	22.543,87
Taxa CETIP/SELIC/CBLC	-	20.257,16
Gestão Administrativa	722.083,53	740.471,15

QUADRO III - OBSERVAÇÕES

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	27.123,18	63.034,57
Fundo de Investimentos (Taxa de Administração, Performance e Corretagem)	23.267,84	34.210,50
Taxa de custódia	3.855,34	5.113,70
Taxa de Controladoria	-	10.524,40
Taxa CETIP/SELIC/CBLC	-	13.185,97
TOTAL	9.532.576,89	10.544.576,61

QUADRO IV - EMPRESA RESPONSÁVEL PELA AUDITORIA DE GESTÃO

A empresa responsável pela auditoria de gestão da FUSESC é a BEZ&ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

QUADRO V - ADMINISTRADOR TECNICAMENTE QUALIFICADO

O administrador tecnicamente qualificado da FUSESC é o Sr. Vânio Boing, CPF nº 433.085.709-04, telefone para contato (48) 32519333 e E-mail para contato: fusesc@fusesc.com.br

3.2. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

Entidade: 552-FUSESC

Exercício: 2012

Data de Geração: 12/04/2012 16:39:27

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2012 a 12/2012	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 241

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 29/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO	MARCOS ANDERSON TREITINGER	003.632.389-64	DIRETOR FINANCEIRO

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012

Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
REDA FIXA	75,00%	100,00%	90,12%
REDA VARIÁVEL	0,00%	10,00%	5,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	10,00%	4,88%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	1,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012

Utiliza Derivativos? Sim

Observações

O PLANO ADMINISTRATIVO NÃO POSSUI APLICAÇÃO NOS SEGMENTOS DE IMÓVEIS E EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES. E NESTA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS NÃO HÁ PREVISÃO DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS.

O AETQ ESTÁ DEVIDAMENTE CERTIFICADO.

3.3. Relatório de Resumo de Políticas de Investimentos - Plano de Benefícios Multifuturo II

Entidade: 552-FUSESC

Exercício: 2012

Data de Geração: 12/04/2012 16:39:00

Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2012 a 12/2012	INPC	5,00%

Documentação/Responsáveis

Nº da Ata de Aprovação: 241

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 29/12/2011

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado			
Segmento	Nome	CPF	Cargo
PLANO	MARCOS ANDERSON TREITINGER	003.632.389-64	DIRETOR FINANCEIRO

Controle de Riscos

Risco de Mercado

Risco de Liquidez

Risco de Contraparte

Risco Legal

Risco Operacional

Outros

Alocação dos Recursos

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012			
Segmento	Mínimo	Máximo	Alvo
REDA FIXA	55,00%	95,00%	71,63%
REDA VARIÁVEL	0,00%	36,00%	16,00%
IMÓVEIS	2,00%	8,00%	4,33%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00%	15,00%	4,26%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	10,00%	3,78%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	1,00%	0,00%

Período de Referência: 01/2012 a 12/2012

Utiliza Derivativos? Sim

Observações

O AETQ ESTÁ DEVIDAMENTE CERTIFICADO.